

Aula 05

*Banco do Brasil (Diversos Cargos) Bizu
Estratégico - 2021 (Pós-Edital)*

Autor:

**Pedro Gadelha, Ricardo Sampaio,
Heloísa Tondinelli, Késia Vieira
Ramos de Oliveira, Leonardo
Mathias**

BIZU ESTRATÉGICO DE CONHECIMENTOS BANCÁRIOS (BB)

Olá, prezado aluno. Tudo certo?

Neste material, traremos uma seleção de *bizus* de **Conhecimentos Bancários** para o concurso do **Banco do Brasil – Diversos Cargos**.

O objetivo é proporcionar uma revisão rápida e de alta qualidade aos alunos por meio de tópicos que possuem as maiores chances de incidência em prova.

Todos os *bizus* destinam-se a alunos que já estejam na fase bem final de revisão (que já estudaram bastante o conteúdo teórico da disciplina e, nos últimos dias, precisam revisar por algum material bem curto e objetivo).

Késia Oliveira



@kesiaramosoliveira

Leonardo Mathias



@profleomathias



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Primeiramente, vejamos o conteúdo de Conhecimentos Bancários inserido no edital para o concurso do **Banco do Brasil**.

CONHECIMENTOS BANCÁRIOS: 1 - Sistema Financeiro Nacional: Estrutura do Sistema Financeiro Nacional; Órgãos normativos e instituições supervisoras, executoras e operadoras. 2 - Mercado financeiro e seus desdobramentos (mercado monetário, de crédito, de capitais e cambial). 3 – Moeda e política monetária: Políticas monetárias convencionais e não convencionais (Quantitative Easing); Taxa SELIC e operações compromissadas; O debate sobre os depósitos remunerados dos bancos comerciais no Banco Central do Brasil. 4- Orçamento público, títulos do Tesouro Nacional e dívida pública. 5 - Produtos Bancários: Noções de cartões de crédito e débito, crédito direto ao consumidor, crédito rural, poupança, capitalização, previdência, consórcio, investimentos e seguros. 6 - Noções de Mercado de capitais. 7 - Noções de Mercado de Câmbio: Instituições autorizadas a operar e operações básicas. 8- Regimes de taxas de câmbio fixas, flutuantes e regimes intermediários. 9 - Taxas de câmbio nominais e reais; 10 - Impactos das taxas de câmbio sobre as exportações e importações. 11 – Diferencial de juros interno e externo, prêmios de risco, fluxo de capitais e seus impactos sobre as taxas de câmbio. 12- Dinâmica do Mercado: Operações no mercado interbancário. 13 - Mercado bancário: Operações de tesouraria, varejo bancário e recuperação de crédito. 14 - Taxas de juros de curto prazo e a curva de juros; taxas de juros nominais e reais. 15 - Garantias do Sistema Financeiro Nacional: aval; fiança; penhor mercantil; alienação fiduciária; hipoteca; fianças bancárias. 16 - Crime de lavagem de dinheiro: conceito e etapas; Prevenção e combate ao crime de lavagem de dinheiro: Lei nº 9.613/98 e suas alterações; Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020 e Carta Circular nº 4.001, de 29 de janeiro de 2020 e suas alterações. 17- Autorregulação bancária. 18 - Sigilo Bancário: Lei Complementar nº 105/2001 e suas alterações. 19 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e suas alterações. 20 - Legislação anticorrupção: Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2015 e suas alterações. 21 - Segurança cibernética: Resolução CMN nº 4.658, de 26 de abril de 2018. 22 - Ética aplicada: ética, moral, valores e virtudes; noções de ética empresarial e profissional. A gestão da ética nas empresas públicas e privadas. Código de Ética do Banco do Brasil (disponível no sítio do BB na internet). 23 - Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil (disponível no sítio do BB na internet).

Segue abaixo uma análise estatística dos assuntos mais exigidos entre os tópicos de **Conhecimentos Bancários** em concursos públicos realizados pela banca **Cesgranrio**.

Conhecimentos Bancários (Foram encontradas 235 questões)		
Assunto	Quantidade de questões	% de cobrança
Sistema Financeiro Nacional	21	8,94%
Mercado financeiro e seus desdobramentos	10	4,26%
Moeda e política monetária	1	0,43%
Orçamento público, títulos do Tesouro Nacional e dívida pública	45	19,15%
Produtos Bancários	2	0,85%
Noções de Mercado de capitais	39	16,60%
Noções de Mercado de Câmbio	16	6,81%



Taxa de Câmbio	9	3,83%
Diferencial de juros interno e externo, prêmios de risco, fluxo de capitais e seus impactos sobre as taxas de câmbio	0	0,00%
Dinâmica do Mercado: Operações no mercado interbancário	1	0,43%
Mercado bancário: Operações de tesouraria, varejo bancário e recuperação de crédito	0	0,00%
Taxas de juros de curto prazo e a curva de juros; taxas de juros nominais e reais	6	2,55%
Garantias do Sistema Financeiro Nacional	7	2,98%
Lei nº 9.613/98 Crime de lavagem de dinheiro	13	5,53%
Autorregulação bancária	6	2,55%
Sigilo Bancário: Lei Complementar nº 105/2001	1	0,43%
Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	0	0,00%
Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2015 -Legislação anticorrupção	33	14,04%
Resolução CMN nº 4.658/2018 -Segurança cibernética	13	5,53%
Ética aplicada	2	0,85%
Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil	6	2,55%



Pessoal, neste material trataremos apenas os tópicos com maior incidência, por possuírem um custo-benefício elevado no nosso concurso.

Segue uma tabela contendo a numeração dos bizzus referentes a cada tópico abordado e os respectivos cadernos de questões selecionadas no nosso SQ.

Conhecimentos Bancários – Banco do Brasil		
Assunto	Bizzus	Caderno de Questões
Sistema Financeiro Nacional Garantias do Sistema Financeiro Nacional	1 a 3	http://questo.es/h7tb3l
Mercado financeiro e seus desdobramentos	4 a 5	http://questo.es/ea27t7
Noções de Mercado de capitais	6 a 16	http://questo.es/86hxjd
Orçamento público, títulos do Tesouro Nacional e dívida pública	17 a 23	http://questo.es/gek51o
Noções de Mercado de Câmbio Taxa de Câmbio	24 a 29	http://questo.es/p5kadb
Lei nº 9.613/98 Crime de lavagem de dinheiro	30 e 31	http://questo.es/id82mj
Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2015 -Legislação anticorrupção	32 a 37	http://questo.es/1meyht
Resolução CMN nº 4.658/2018 -Segurança cibernética	38 a 41	http://questo.es/3pudak

Observação: Como não localizamos muitas questões sobre os tópicos acima mencionados elaboradas pela CESGRANRIO, inserimos no caderno questões elaboradas por bancas que possuem um nível de cobrança parecido.



Apresentação



Antes de começarmos, gostaria de me apresentar. Meu nome é **Késia Oliveira** e sou natural do Rio de Janeiro. Sou graduada em Direito e Pós-Graduada em Direito Administrativo e Contratos pela UCAM e em Direito Público pela Faculdade Legale.

Atualmente, exerço o cargo de Auditora de Controle Interno no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Também fui aprovada no 7º Concurso para Analista do MPU - Especialidade: Direito - e no VII Concurso para Analista do TRF 1 - Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador Federal (2º lugar – Subseção Judiciária de Poços de Caldas - MG).

Serei a responsável pelo **Bizu Estratégico de Conhecimentos Bancários** e, com ele, pretendo abordar os tópicos mais cobrados nessa disciplina, de maneira concisa e objetiva, por meio de uma linguagem bem clara!

Espero que gostem!

Bons estudos!



Conhecimentos Bancários

Sistema Financeiro Nacional

1. Sistema Financeiro Nacional

⇒ O Sistema Financeiro Nacional (SFN), que **engloba os sistemas monetário, bancário e de capitais**, é estruturado em **três níveis**:

- ✓ Normatizadores ou Reguladores
- ✓ Supervisores
- ✓ Operadores



⇒ **No nível mais alto, estão os órgãos normativos**, que determinam regras gerais para o bom funcionamento do SFN. São os seguintes conselhos:

- ✓ Conselho Monetário Nacional (CMN)
- ✓ Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)
- ✓ Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).
- ✓ Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

- Estabelecem as regras gerais a serem seguidas.

Normatizadores



- Detalham as regras e asseguram seu cumprimento.

Supervisores



- Atuam no mercado financeiro de forma direta.

Operadores



ÓRGÃOS NORMATIVOS DO SFN

CMN

Conselho Monetário Nacional

Responsável por normatizar os mercados de **moeda, crédito, capitais e câmbio**.

CNSP

Conselho Nacional de Seguros Privados

Responsável por normatizar o mercado de **Seguros Privados**

CNPC

Conselho Nacional de Previdência Complementar

Responsável por normatizar o mercado de **Previdência fechada**



SUPERVISORES DO SFN (todos vinculados ao Ministério da Economia, exceto o BCB)

BCB	CVM	SUSEP	PREVIC
<i>Banco Central do Brasil</i>	<i>Comissão de Valores Mobiliários</i>	<i>Superintendência de Seguros Privados</i>	<i>Superintendência Nacional de Previdência Complementar</i>
Supervisor dos mercados de moeda, crédito e câmbio.	Supervisor do mercado de capitais.	Supervisor do mercado de seguros privados fechada	Supervisor do mercado de previdência fechada

⇒ O **Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN)** é um órgão colegiado, de segundo grau, integrante da estrutura do Ministério da Economia e tem por finalidade julgar, em última instância administrativa, os recursos contra as sanções aplicadas pelo BCB e CVM e, nos processos de lavagem de dinheiro, as sanções aplicadas pelo COAF, SUSEP e demais autoridades competentes.

EXECUTORES DO SFN

BB	BNDES	CEF
<i>Banco do Brasil</i>	<i>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social</i>	<i>Caixa Econômica Federal</i>
Executor das políticas de crédito rural e industrial.	Executor da política nacional de desenvolvimento econômico.	Executora da política habitacional e de saneamento.

<i>Subsistema normativo</i>		CMN		CNSP	CNPC
Órgãos normativos					
Supervisores		BCB	CVM	Susep	Previc
Operadores <i>Subsistema de intermediação</i>	Bancos	Administradoras de Consórcio	Bolsa de Valores	Seguradoras	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)
	Cooperativas de Crédito	Caixa Econômica	Bolsa de Mercadorias e Futuros	Resseguradoras	
	Instituições de Pagamento	Outras		Entidades abertas de previdência	
	Agência de Fomento	Corretoras e Distribuidoras		Sociedades de capitalização	



Garantias do Sistema Financeiro Nacional

2. Garantias do Sistema Financeiro Nacional



PARTICIPANTES DA FIANÇA

Devedor afiançado	Credor beneficiário	Garantidor fiador
<ul style="list-style-type: none"> • É o principal obrigado em relação à dívida. 	<ul style="list-style-type: none"> • Quem concedeu o crédito. • Pode ser instituição financeira, vendedor, prestador de serviços, locador de imóveis etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garante subsidiariamente a obrigação. • No caso da fiança bancária, é instituição financeira.

⇒ **Atenção!** É vedado o aval parcial, exceto para letras de câmbio, cheques ou notas promissórias.

	FIANÇA	AVAL
Figuras	devedor/ afiançado credor/ beneficiário fiador(es)	devedor/ avalizado credor/ beneficiário avalista(s)
Consentimento do devedor	A lei dispensa	Não previsto em lei
Exigência formal	Precisa ser por escrito	Basta assinatura do avalista
Pode ser parcial?	Sim, se especificado no contrato.	Em regra, não pode. Em cheques, notas promissórias e letras de câmbio pode.
Tipo de responsabilidade	Subsidiária , com benefício de ordem	Solidária , com direito de regresso
Autorização do Cônjuge	Obrigatória . A ausência invalida a fiança.	Obrigatória para títulos inominados. Dispensável para títulos típicos, preservada a meação do patrimônio do cônjuge não anuente.



3. Tipos de Garantias

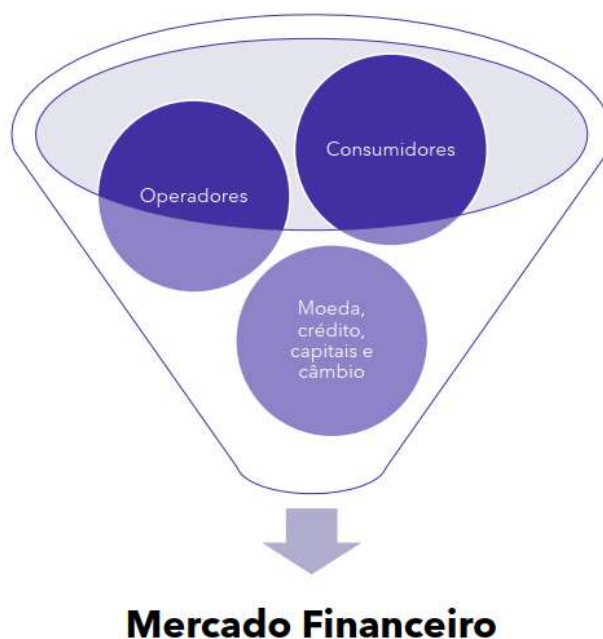
	PENHOR	HIPOTECA	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Tipos de garantias	bens móveis	bens imóveis + aeronaves e embarcações	bens móveis ou imóveis
Posse do bem	credor <u>exceções</u> : penhor rural, industrial, mercantil e de veículos	devedor	devedor
Propriedade do bem	devedor	devedor	credor
Execução	judicial	judicial	extrajudicial
Alienação durante a vigência	não permitida	permitida	não permitida
Valor arrecadado insuficiente	diferença pode ser cobrada do devedor	diferença pode ser cobrada do devedor	dívida é extinta

Mercado financeiro e seus desdobramentos

4. Garantias do Sistema Financeiro Nacional

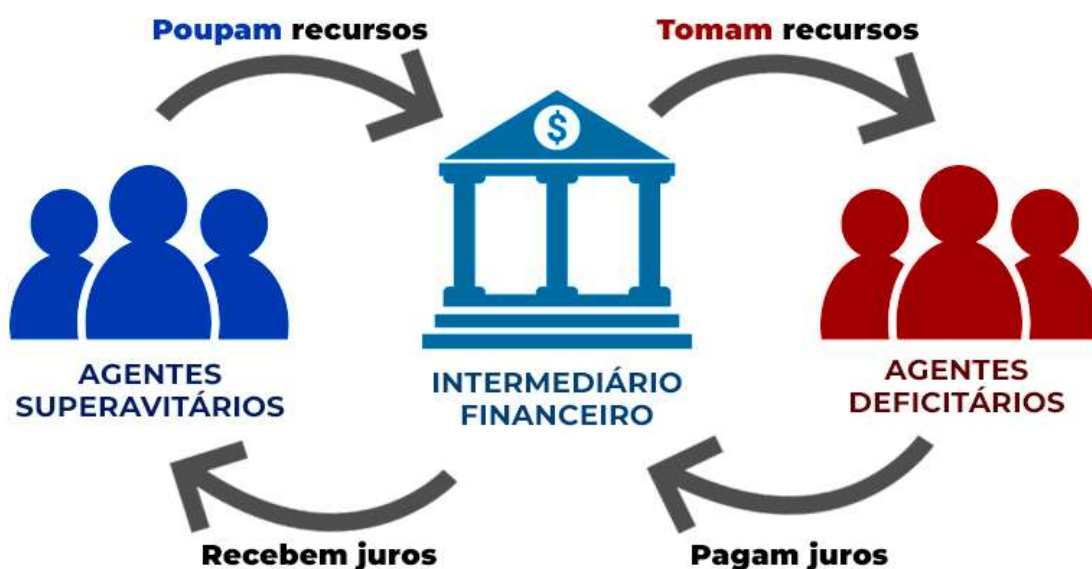


⇒ O Mercado Financeiro é composto por:



5. Intermediação Financeira

⇒ A intermediação financeira é a atividade de **promover o encontro entre poupadores e tomadores de recursos**.



⇒ **Maturidade** - A maturidade das operações está diretamente relacionada ao seu prazo. Diz-se que têm longa maturidade operações de prazo longo, enquanto operações de maturidade curta são aquelas que têm prazo curto.

⇒ **Liquidez** - É a facilidade com que algo pode ser convertido em dinheiro. Quanto maior a liquidez, maior essa capacidade. O próprio papel-moeda, por exemplo, é o ativo mais líquido, enquanto o saldo que você tem na poupança é um pouco menos líquido, e um imóvel tem liquidez baixa.



Noções de Mercado de capitais

6. Mercado de capitais

- ⇒ No **Mercado de Capitais** (também chamado, com menor frequência, Mercado de Valores Mobiliários), ocorrem operações com títulos e valores mobiliários. O principal objetivo desse mercado é proporcionar liquidez (facilidade de negociação) para títulos emitidos por empresas, viabilizando sua capitalização (levantamento de recursos) para financiamento de projetos ou de capital para giro.
- ⇒ Investir no mercado de capitais é uma atividade cujos retornos e também os riscos tendem a ser mais elevados do que nos demais mercados financeiros. Os principais valores mobiliários (como as ações), portanto, são de renda variável.



Renda Fixa

A forma de remuneração é previamente definida. Pode ser:

- Prefixada: quando o percentual é determinado previamente.
- Pós-fixada: quando o percentual depende de um índice ou referencial, como a taxa Selic.

Renda Variável

O resultado depende de fatores imprevisíveis, como a oferta e a demanda, ou os lucros de uma empresa. Significa maior volatilidade e riscos do que o mercado de renda fixa.



- ⇒ Os principais valores e títulos negociados no Mercado de Capitais são as ações, as debêntures e os *commercial papers*.
- ⇒ No Brasil, o Mercado de Capitais é normatizado pelo **Conselho Monetário Nacional (CMN)** e supervisionado pela **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**, entidades que compõem o subsistema normativo.

7. Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

- ⇒ A **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)** é, do ponto de vista jurídico, uma **autarquia federal** em regime especial, vinculada ao Ministério da Economia.
- ⇒ Seus objetivos, em relação ao mercado de valores mobiliários brasileiro, são:
- ✓ Fiscalizar
 - ✓ Normatizar
 - ✓ Disciplinar
 - ✓ Desenvolver



COLEGIADO DA CVM	
	
PRESIDENTE	4 DIRETORES
Mandato de 5 anos (renova 1/5 por ano)	
Ilibada reputação e reconhecida competência em matéria de mercado de capitais	
Aprovados pelo Senado Federal	
Nomeados pelo Presidente da República	



8. Ações

⇒ **Ação** - Documento que indica a propriedade de fração do capital de determinada empresa. Uma única ação é a menor fração do capital da empresa. Existem vários tipos de ações, cada qual definindo formas diversas de participação na gestão e nos lucros da empresa.

Companhias <i>S/A, S.A ou CIA</i> Empresas cujo capital social é dividido em ações .	Abertas	Autorizadas pela CVM para negociar suas ações no mercado.
	Fechadas	Ações negociadas privativamente pelos sócios.

9. Tipos de Ações

ON Ações Ordinária	PN Ações Preferenciais
<p>Dão direito a voto nas assembleias</p> <p>Recebem parte dos lucros</p> <p>Dão direito ao tag along</p>	<p>Preferência na distribuição de lucros e/ou</p> <p>Preferência no reembolso em caso de dissolução da sociedade</p> <p>Recebem lucros pelo menos 10% maiores</p> <p>Pelo menos 25% dos lucros devem ser distribuídos</p> <p>Têm direito a voto <u>caso</u> a companhia não distribua lucros por três anos consecutivos.</p>
<p>Dão direito de subscrição</p> <p>Podem ter diferentes classes</p>	

10. Subscrição



11. Valor e remuneração das ações



12. Debêntures

⇒ As companhias podem emitir debêntures para captar recursos diretamente dos investidores. Ao contrário das ações, **as debêntures são títulos de renda fixa e têm vencimentos de médio ou longo prazo** (enquanto ações não têm vencimento). Na prática, a empresa emitente da debênture promete, em documento escritural (não físico), pagar determinada quantia após determinado período ao comprador da debênture (debenturista), o qual deve constar nominalmente como titular da debênture.

13. Commercial Papers

⇒ **Commercial papers** – ou notas promissórias comerciais – são títulos emitidos visando à captação pública de recursos para o capital de giro das empresas (“dinheiro para o dia a dia”), ou seja, normalmente têm vencimento de curto prazo.

	AÇÕES	DEBÊNTURES	COMMERCIAL PAPERS
Objetivo	Participação na empresa	Projetos e investimentos	Capital de Giro
Prazo	Não tem	Médio e Longo	Curto e médio
Remuneração principal	Variável	Fixa	Fixa
Podem emitir ao público	S.A. aberta	S.A. aberta	S.A. aberta ou fechada
Não podem emitir ao público	Todas as demais empresas	S.A. fechada e Instituições financeiras (Sociedades de Arrendamento Mercantil e Companhias Hipotecárias podem) e empresas que não são S.A.	Instituições financeiras e empresas que não são S.A.



14. Instituições do Mercado de Capitais

CTVM e DTVM

Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários

• Atividades

- ▶ Compra e venda, em bolsas, de títulos e valores mobiliários e de mercadorias e futuros.
 - Disponibilização de plataforma online de investimentos, o **home broker**.
- ▶ Intermediação de ofertas públicas de ativos (subscrição)
- ▶ Administração de carteiras de investimentos
- ▶ Consultoria financeira
- ▶ Organização e administração de fundos e de clubes de investimentos
- ▶ Financiamento para compra de ações
- ▶ Prestação e fianças (atua como agente fiduciário)
- ▶ Administração e custódia (guarda) de títulos e valores mobiliários

• Regras

- Devem ser constituídas como sociedade anônima (S.A.) ou por cotas de responsabilidade limitada (Ltda.);
- São supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil;
- A CVM supervisiona e regula as atividades com valores mobiliários (ações, debêntures, e contratos derivativos).
- O BCB supervisiona e regula as atividades com títulos públicos e outros títulos de renda fixa.
- Devem ter em sua denominação social as expressões "Corretora de Títulos e Valores Mobiliários" ou "Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários", conforme o caso.

• Diferenças

- Desde a Decisão Conjunta 17/2009, podem realizar praticamente as mesmas operações.

15. Fundos de Investimentos

- ⇒ **Fundos de Investimentos** são a união de investidores (pessoas físicas ou jurídicas), chamados cotistas, cujo objetivo é reunir recursos para realizar investimentos.
- ⇒ **Patrimônio Líquido do Fundo de Investimentos** - É calculado pela soma do valor de todos os títulos e do valor em caixa, menos as obrigações do fundo, incluindo aquelas relativas à administração do fundo.

Marcação a Mercado

É a atualização diária nos preços dos títulos e valores mobiliários que compõem um fundo de investimento.

Na prática, é a atualização do valor dos ativos de acordo com **preço pelo qual estão sendo negociados no mercado**.

Assim, se um fundo investe 100% em ações que estão sendo negociadas na bolsa por R\$50 e essas ações sofrem valorização de 5%, a marcação a mercado implica em valorização de 5% **do fundo e de suas cotas**.



16. Ambientes de Negociação

- ⇒ **Bolsa de Valores** - é um ambiente (físico ou digital) organizado para negociação de títulos e valores mobiliários. No Brasil, a CVM é a supervisora responsável por autorizar empresas que se proponham a constituir, administrar, fiscalizar e regular (de forma complementar) bolsas de valores. Essas empresas podem se constituir como sociedade anônima com fins lucrativos ou como sociedade civil sem fins lucrativos.
- ⇒ **Mercado de Balcão** - O mercado de balcão é residualmente definido como todo ambiente, fora da bolsa de valores, onde ocorrem negociações de títulos e valores mobiliários. Portanto, todas as negociações desses ativos que ocorrem fora da bolsa, ocorrem no mercado de balcão.
- ⇒ **Mercado Primário e Secundário** - Os termos Mercado Primário e Mercado Secundário dizem respeito ao momento da negociação do ativo em questão.
- ⇒ O lançamento de um novo ativo – portanto, pela primeira vez – ocorre no **mercado primário**. Sendo assim, esses ativos são adquiridos do emissor (por intermédio de instituições como corretoras).
- ⇒ Negociações posteriores, por outro lado, são realizadas no **mercado secundário**. Assim, as negociações ocorrem entre um investidor que possui o ativo e outro que o adquire.

Orçamento público, títulos do Tesouro Nacional e dívida pública

17. Política Fiscal

- ⇒ A política fiscal consiste nas decisões e ações relacionadas aos gastos e arrecadações (receitas) do governo, que a utiliza para alterar no nível de produto da economia.
- ⇒ **Os instrumentos da política fiscal são:** gasto do governo (G), transferência (Tr) e tributação (T). A execução da política se dá por meio do orçamento do governo, que consiste na combinação desses três instrumentos.

18. Política Fiscal Expansionista X Política Fiscal Restritiva (Contracionista)

Políticas Fiscais	
 EXPANSIONISTAS	 RESTRITIVAS
<ul style="list-style-type: none">▶ Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências);▶ Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas);▶ Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas);▶ Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos);▶ Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos).	<ul style="list-style-type: none">▶ Recriação da CPMF (↑T: impostos);▶ Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas);▶ Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências);▶ Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências);▶ Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).



19. Gastos Públicos: Conceitos e Classificação

- ⇒ Os **gastos governamentais** são aqueles financiados pela tributação ou endividamento público, e podem ser apresentados em diversos graus de desdobramentos, desde a despesa total, até o gasto mais detalhado possível.
- ⇒ **Nos interessam 3 graus diferentes de detalhamento:**
 - 1) AGREGADAS
 - 2) POR CATEGORIA ECONÔMICA
 - 3) POR FUNÇÃO
- ⇒ **Despesas agregadas** - proporcionam avaliação, como o nome indica, no nível macroeconômico dos gastos da administração pública direta e indireta e, dessa forma, ter um panorama de seus principais componentes.
- ⇒ **As categorias econômicas são:** despesas correntes e despesas de capital.
 - ✓ As **despesas correntes** são os gastos necessários ao funcionamento da administração pública, como despesas com pagamento de pessoal, com manutenção da estrutura funcional e com consumo de bens e serviços.
 - ✓ As **despesas de capital**, por outro lado, apesar de também diminuírem as disponibilidades financeiras do Estado, não têm efeito sobre o Patrimônio Líquido, pois têm uma contrapartida a redução de uma obrigação ou a constituição de um bem ou direito.
- ⇒ A **classificação dos gastos públicos por funções** apresenta a distribuição dos gastos entre as diversas funções do Estado, que são:
 - ✓ Legislativo
 - ✓ Judiciário
 - ✓ Administração e planejamento
 - ✓ Defesa nacional e segurança pública
 - ✓ Educação e cultura
 - ✓ Habitação e urbanismo
 - ✓ Indústria, comércio e serviços
 - ✓ Saúde e saneamento
 - ✓ Trabalho Assistência e previdência
 - ✓ Transportes
 - ✓ Agricultura
 - ✓ Energia e recursos minerais
 - ✓ Desenvolvimento regional
 - ✓ Comunicações
 - ✓ Outros

20. Déficit Primário, Operacional e Nominal

- ⇒ O **déficit primário** é a mensuração mais básica, pois considera apenas a diferença entre as despesas não-financeiras e as receitas não-financeiras. E por “não financeiro” devemos entender tudo aquilo que não é pagamento ou recebimento de juros. Se o resultado for positivo, temos um déficit primário.



- ⇒ O **déficit operacional** leva em consideração o pagamento dos juros reais. Ou seja, são consideradas as despesas financeiras.
- ⇒ O **déficit nominal** nada mais é que o déficit operacional corrigido pela inflação. Ele também pode ser calculado somando as despesas financeiras e não-financeiras e subtraindo as receitas financeiras e não financeiras. O déficit nominal é o mais abrangente.

21. Mensuração acima da linha ou abaixo da linha

- ⇒ **Acima da linha:** ocorre quando se mede o déficit com base na execução orçamentária das entidades que o geram, isto é, diretamente das receitas e das despesas. No caso de José, pelo método acima da linha, mediríamos o déficit por meio da medição do que foi auferido como receita e do que foi gasto como despesa (pela verificação dos dados que estão acima da linha, como o próprio nome sugere). No caso do governo, verificamos quais foram os gastos com, por exemplo, educação, saúde, custeio etc. (enfim, todos os gastos das entidades) e quais foram as receitas, para, então, verificarmos o déficit ou superávit público.
- ⇒ **Abaixo da linha:** por este método, mede-se o tamanho do déficit pelo lado do financiamento. Em vez de se preocupar com as receitas e gastos, simplesmente, faz-se a seguinte pergunta: quanto eu tenho que pagar (quanto eu tenho que financiar)? A resposta será o próprio déficit público. No caso de José, pelo método abaixo da linha, mediríamos o seu déficit pela quantia que ele precisa financiar para fechar as contas do mês (ele precisa financiar 300, logo, 300 é o seu déficit ou sua necessidade de financiamento).

22. Regime de contabilização



Regime de Competência

- Os fatos contábeis são registrados de acordo com o período em que ocorreu o fato gerador (despesa ou receita).
- Na dívida pública, apenas **juros** são apurados assim.



Regime de Caixa

- Os fatos são registrados quando se dá o pagamento ou o recebimento.
- Adotado na contabilidade fiscal, exceto para juros.

23. Títulos do Tesouro Nacional

- ⇒ Os Títulos do Tesouro Nacional servem ao duplo propósito de:



- ✓ **Financiar os déficits públicos:** ao emitir títulos e colocar eles no mercado primário, o governo está se endividando, pois se compromete a pagar determinado valor, em determinada data, aos compradores do título.
- ✓ **Instrumento de política monetária:** o Banco Central compra e vende esses títulos no mercado aberto (secundário) como forma de regular a quantidade de moeda em circulação. Exemplo: ao comprar títulos no mercado, o BC coloca mais moeda em circulação.

Noções de Mercado de Câmbio

24. Taxa de Câmbio

- ⇒ A **taxa de câmbio** nominal (e) é o preço de uma moeda estrangeira medido em moeda nacional.
- ⇒ No Brasil, usamos a chamada cotação direta, também chamada **convenção do incerto**: medimos quanto de nossa moeda é necessário para adquirir uma unidade da moeda estrangeira. Se adotássemos o **método indireto, ou convenção do certo**, diríamos que R\$1 compra U\$0,20.

Aumento da taxa de câmbio = Desvalorização da taxa de câmbio = Depreciação da taxa de câmbio = Desvalorização da moeda doméstica	Queda da taxa de câmbio = Valorização da taxa de câmbio = Apreciação da taxa de câmbio = Valorização da moeda doméstica
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

- ⇒ **Taxa de câmbio nominal** - informa o preço de uma moeda em relação à outra, e apenas isso. Então, podemos dizer que a taxa nominal é o **preço relativo das moedas** de dois países.
- ⇒ **Taxa de câmbio real** - é o **preço relativo dos bens** de dois países. Isso significa que a taxa de câmbio real informa a taxa na qual podemos trocar bens de um país por bens do outro país. Por isso, ela também é conhecida como termos de troca.

25. Regimes Cambiais

FLEXÍVEL FLUTUANTE	BANDAS	FIXO
As forças de mercado determinam a taxa de câmbio.	A taxa pode flutuar dentro dos limites superior e inferior.	O governo determina a taxa de câmbio, e a persegue via operações do Banco Central de compra e venda.
Vantagens · equilíbrio no BP · política monetária ativa	ADMINISTRADO FLUTUAÇÃO SUJA Intervenções ocorrem pontualmente p/ evitar desestabilização.	Vantagens · previsibilidade · âncora cambial (inflação)
Desvantagens · instabilidade		Desvantagens · necessidade de reservas · política monetária passiva

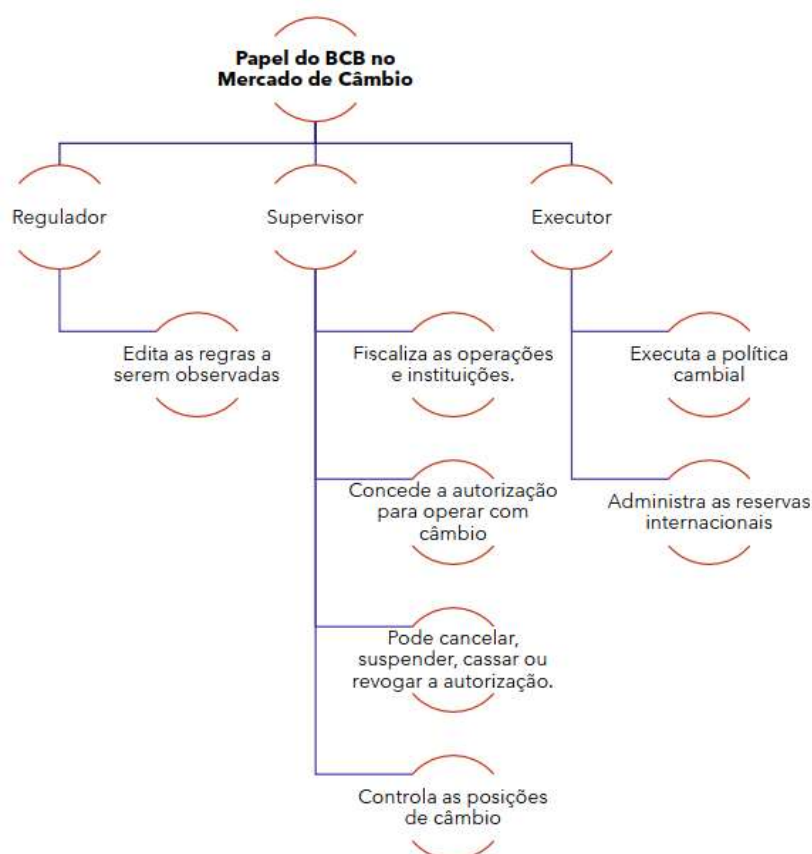


26. Regulação do Mercado

- ⇒ **Operação de câmbio** - é a transação que envolve a troca de moeda de um país por moeda de outro país. Existem vários tipos de operação, mas a compra de moeda estrangeira em espécie é a mais simples para ilustrar inicialmente.
- ⇒ **Mercado de câmbio** – também chamado “mercado cambial” – é o local (abstrato) onde ocorrem essas operações.

27. Mercado de Câmbio

- ⇒ O BCB é quem **autoriza** instituições a operar com câmbio (e também pode **cancelar** essa autorização), além de **supervisionar** e **regulamentar** o mercado, segundo diretrizes do CMN.

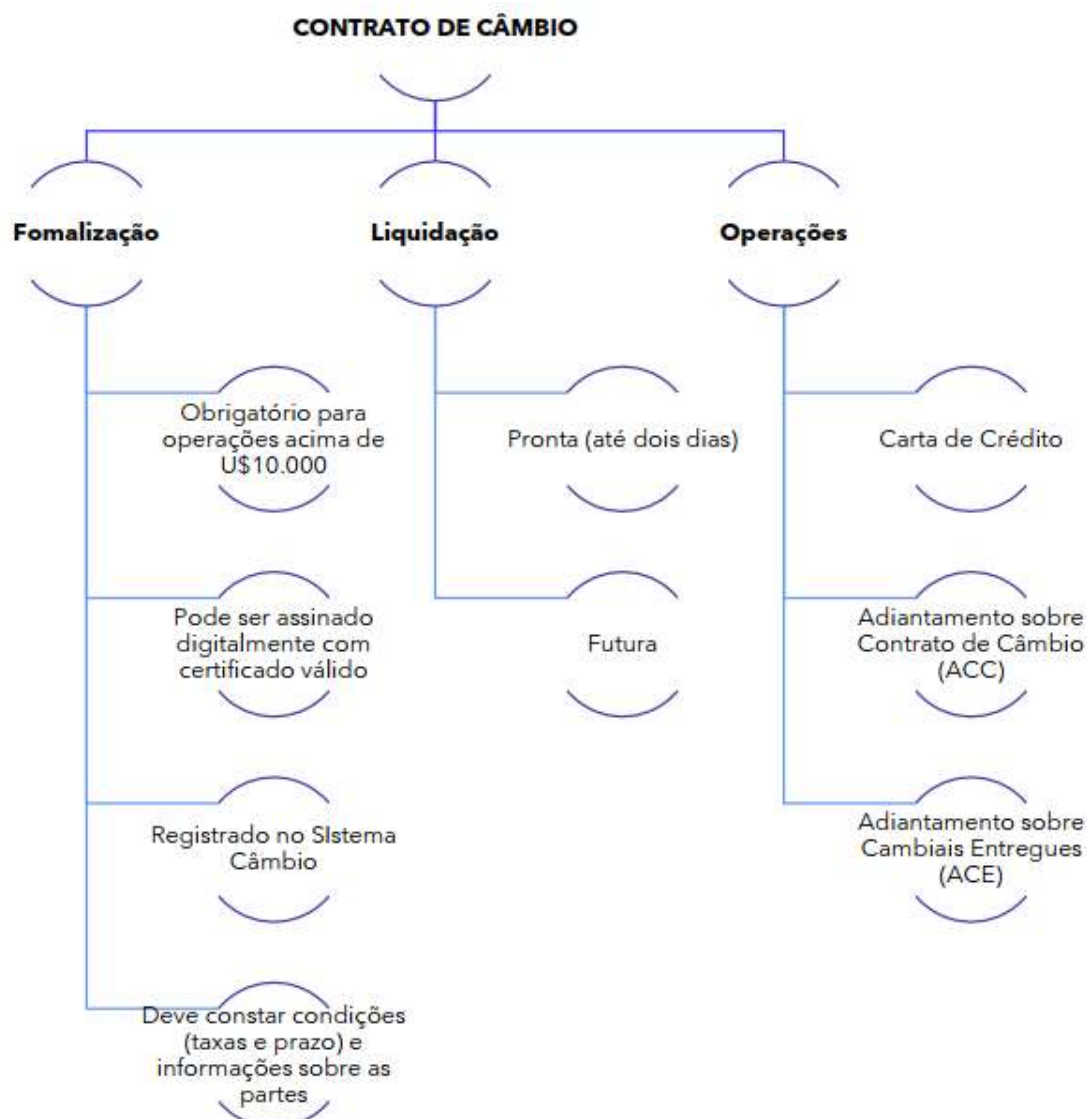


28. Instituições autorizadas a operar com câmbio



6

29. Contratos de câmbio



Lei nº 9.613/98 - Crime de lavagem de dinheiro

30. Lei nº 9.613/1998 - Lavagem de dinheiro

- ⇒ **Tipificação do crime de lavagem de dinheiro** - Art. 1º **Ocultar ou dissimular** a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal. Pena: **reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos**, e multa.
- ⇒ A Doutrina divide o crime de lavagem de dinheiro em **três fases diferentes**, não sendo necessário que ocorram as três para que o crime esteja consumado:
- ✓ **Colocação** → Inserção dos recursos no mercado financeiro.
- ✓ **Ocultação ou Dissimulação** → Os recursos são movimentados de forma a tentar “despistar” qualquer ação investigativa;
- ✓ **Integração** → Os valores são introduzidos na economia por meio de investimentos.
- ⇒ A Lei nº 9.613/98 passou a ser de **3ª Geração**, pois com a Lei nº 12.683/2012, passou-se a admitir como delito antecedente ao crime de lavagem, QUALQUER INFRAÇÃO PENAL.
- ⇒ O delito de lavagem **não absorve a infração penal antecedente**, já que existe autonomia entre ambos, não havendo relação de dependência entre os mesmos.
- ⇒ Ainda que extinta a punibilidade do crime ou infração penal antecedente, é punível a lavagem de dinheiro.
- ⇒ Não é necessária a comprovação da participação do agente na infração penal antecedente. Tal entendimento decorre da autonomia entre ambos.
- ⇒ O crime de lavagem de capitais **é crime comum** e, por isso, o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, e não necessariamente quem praticou o delito antecedente.
- ⇒ **Teoria da Cegueira Deliberada/Das Instruções do Avestruz/Willful Blindness Doctrine** – Por essa teoria é possível responsabilizar o agente que, não desejando o resultado do delito de lavagem, agiu de forma a assumir o risco de produzi-lo.
- ⇒ **Atenção!** A **tentativa** de lavagem de dinheiro é punível nos termos do art. 14 do Código Penal, ou seja, **com a pena do crime consumado**, reduzida de um a dois terços.
- ⇒ A lavagem de dinheiro **é crime permanente**, segundo a jurisprudência consolidada do STF.
- ⇒ Se as informações dadas pelo delator mediante **colaboração espontânea** conduzirem à apuração dos crimes, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime, sua pena pode ser **reduzida de um a dois terços** e ser cumprida em **regime aberto ou semiaberto**, sendo possível ainda ao juiz **deixar de aplicá-la ou substituí-la** por pena restritiva de direitos.

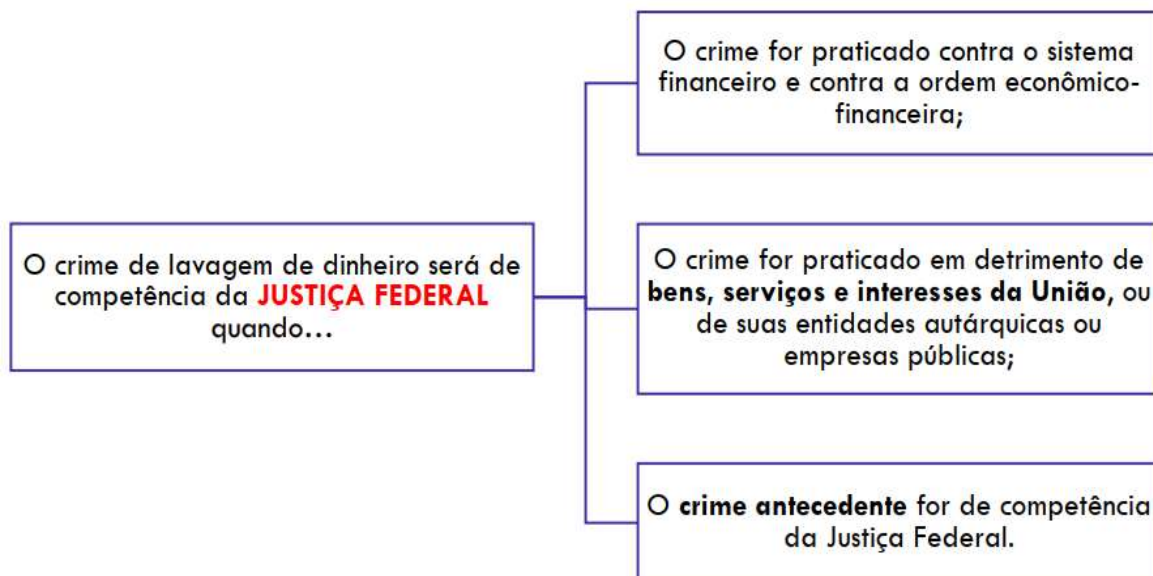
31. Obrigações e Aspectos processuais

- ⇒ A Lei de Lavagem de Dinheiro estabelece obrigações para algumas pessoas físicas e jurídicas, a saber:



- ✓ identificarão seus clientes e manterão cadastro atualizado, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes;
- ✓ manterão registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, que ultrapassar limite fixado pela autoridade competente e nos termos de instruções por esta expedidas;
- ✓ deverão adotar políticas, procedimentos e controles internos, compatíveis com seu porte e volume de operações, que lhes permitam atender ao disposto neste artigo e no art. 11, na forma disciplinada pelos órgãos competentes;
- ✓ deverão cadastrar-se e manter seu cadastro atualizado no órgão regulador ou fiscalizador e, na falta deste, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), na forma e condições por eles estabelecidas;
- ✓ deverão atender às requisições formuladas pelo Coaf na periodicidade, forma e condições por ele estabelecidas, cabendo-lhe preservar, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas.

- ⇒ **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** - é um órgão componente do Ministério da Economia com a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei de Lavagem de Dinheiro.
- ⇒ Pode requerer aos órgãos da Administração Pública as informações cadastrais bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em atividades suspeitas. Mas **não tem competência** para promover a **quebra de sigilo bancário**.
- ⇒ **Processo de apuração e julgamento** - independe do processo relativo ao crime antecedente, sendo **facultado** ao juiz decidir pela união dos processos.



- ⇒ **Não há rito especial!** Deve ser observado o procedimento comum.



Lei nº 12.846/2013 - Legislação anticorrupção

32. Lei nº 12.846/2013 – Anticorrupção – Disposições Gerais

- ⇒ A **Lei nº 12.846/2013** dispõe sobre a **responsabilização objetiva administrativa e civil** de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
- ⇒ Essa lei aplica-se também às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.
- ⇒ As pessoas jurídicas serão responsabilizadas **objetivamente**, nos âmbitos **administrativo e civil**, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, **exclusivo ou não**.
- ⇒ A responsabilização da pessoa jurídica **não ex** ⁶ ⁱⁱ **a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores** ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
 - ✓ A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput.
 - ✓ Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos **na medida da sua culpabilidade**. Para as **pessoas físicas**, a responsabilidade **é subjetiva**.
- ⇒ Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- ⇒ As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas **serão solidariamente responsáveis** pela prática dos atos previstos na Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

33. Atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira

ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NACIONAL OU ESTRANGEIRA

Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

Comprovadamente, **financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos** previstos nesta Lei.

Comprovadamente, **utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade** dos beneficiários dos atos praticados.

Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.



⇒ **No tocante a licitações e contratos:**



- a) **frustrar ou fraudar**, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) **impedir, perturbar ou fraudar** a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) **afastar ou procurar afastar licitante**, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) **fraudar licitação pública ou contrato** dela decorrente;
- e) **criar, de modo fraudulento ou irregular**, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) **obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento**, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) **manipular ou fraudar** o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

34. Responsabilização administrativa

- ⇒ Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as **seguintes sanções**:
- ✓ **multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento)** do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimativa; e
 - ✓ **publicação extraordinária da decisão condenatória.**
- ⇒ As sanções **serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente**, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.
- ⇒ A aplicação das **não exclui**, em qualquer hipótese, **a obrigação da reparação integral do dano causado.**

Serão levados em consideração na aplicação das sanções:
A gravidade da infração;
A vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;
A consumação ou não da infração;
O grau de lesão ou perigo de lesão ;
O efeito negativo produzido pela infração;



A situação econômica do infrator;
A cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações;
A existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica;
O valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade pública lesados;

35. Do processo administrativo de responsabilização

- ⇒ A instauração e o julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação.
- ⇒ **A competência para a instauração e o julgamento do PAR poderá ser delegada, vedada a subdelegação.**
- ⇒ O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por **comissão** designada pela autoridade instauradora e **composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis.**
- ⇒ A comissão poderá, cautelarmente, propor à autoridade instauradora que suspenda os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.
- ⇒ **A comissão deverá concluir o processo no prazo de 180 (cento e oitenta)** dias contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas.
- ⇒ No processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica **prazo de 30 (trinta) dias para defesa**, contados a partir da intimação.
- ⇒ **A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada**, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração.

36. Acordo de Leniência

- ⇒ A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar **acordo de leniência** com as pessoas jurídicas responsáveis **pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo**, sendo que dessa colaboração **resulte:**
 - ✓ a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber; e
 - ✓ a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração.
- ⇒ O **acordo de leniência** somente poderá ser celebrado se **preenchidos cumulativamente, os seguintes requisitos:**
 - ✓ a pessoa jurídica seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito;
 - ✓ a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo;



- ✓ a pessoa jurídica admita sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento.
- ⇒ O **acordo de leniência não exime** a pessoa jurídica da obrigação de **reparar integralmente o dano causado**.
- ⇒ **A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos**.
- ⇒ A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.
- ⇒ Não importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada.
- ⇒ Em caso de descumprimento do acordo de leniência, **a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos** contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

37. Responsabilização Judicial

- ⇒ Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
- ⇒ **Sanções às pessoas jurídicas infratoras:**
 - ✓ perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé;
 - ✓ suspensão ou interdição parcial de suas atividades;
 - ✓ dissolução compulsória da pessoa jurídica;
 - ✓ proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, **pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos**.
- ⇒ A dissolução compulsória da pessoa jurídica será determinada quando comprovado:
 - ✓ ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos; ou
 - ✓ ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
- ⇒ As sanções poderão ser aplicadas de forma **isolada ou cumulativa**.
- ⇒ A **autoridade competente que**, tendo conhecimento das infrações previstas na Lei Anticorrupção, **não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente** nos termos da legislação específica aplicável.

Resolução CMN nº 4.658/2018 -Segurança cibernética

38. Do objeto e do âmbito de aplicação



⇒ A Resolução CMN nº 4.658/2018 dispõe sobre a **política de segurança cibernética** e **sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem** a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. (artigo 1º)

39. Da Implementação da Política de Segurança Cibernética

⇒ Art. 3º A política de segurança cibernética **deve contemplar, no mínimo:**

I - os **objetivos** de segurança cibernética da instituição;

II - os **procedimentos e os controles** adotados para reduzir a vulnerabilidade da instituição a incidentes e atender aos demais objetivos de segurança cibernética;

III - os **controles específicos, incluindo os voltados para a rastreabilidade da informação**, que busquem garantir a segurança das informações sensíveis;

IV - **o registro, a análise da causa e do impacto**, bem como o controle dos efeitos de incidentes relevantes para as atividades da instituição;

V - **as diretrizes para:**

a) a elaboração de cenários de incidentes considerados nos testes de continuidade de negócios;

b) a definição de procedimentos e de controles voltados à prevenção e ao tratamento dos incidentes a serem adotados por empresas prestadoras de serviços a terceiros que manuseiem dados ou informações sensíveis ou que sejam relevantes para a condução das atividades operacionais da instituição;

c) a classificação dos dados e das informações quanto à relevância; e

d) a definição dos parâmetros a serem utilizados na avaliação da relevância dos incidentes;

VI - os **mecanismos para disseminação da cultura de segurança cibernética na instituição**, incluindo:

a) a implementação de programas de capacitação e de avaliação periódica de pessoal;

b) a prestação de informações a clientes e usuários sobre precauções na utilização de produtos e serviços financeiros; e

c) o comprometimento da alta administração com a melhoria contínua dos procedimentos relacionados com a segurança cibernética; e

VII - as **iniciativas para compartilhamento de informações sobre os incidentes relevantes**, mencionados no inciso IV, com as demais instituições referidas no art. 1º.

40. Da Divulgação da Política de Segurança Cibernética

⇒ A política de segurança cibernética deve ser **divulgada aos funcionários da instituição e às empresas prestadoras de serviços a terceiros**, mediante **linguagem clara, acessível e em nível de detalhamento compatível** com as funções desempenhadas e com a sensibilidade das informações.



⇒ As instituições devem divulgar ao público **resumo** contendo as linhas gerais da política de segurança cibernética.

41. Do Plano de Ação e de Resposta a Incidentes

⇒ O Plano de Ação e de Resposta a Incidentes **deve abranger, no mínimo:**

I - as ações a serem desenvolvidas pela instituição para adequar suas estruturas organizacional e operacional aos princípios e às diretrizes da política de segurança cibernética;

II - as rotinas, os procedimentos, os controles e as tecnologias a serem utilizados na prevenção e na resposta a incidentes, em conformidade com as diretrizes da política de segurança cibernética; e

III - a área responsável pelo registro e controle dos efeitos de incidentes relevantes.

⇒ As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil **devem elaborar relatório anual** sobre a implementação do plano de ação e de resposta a incidentes.

42. Da contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem

⇒ As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil **devem assegurar que suas políticas, estratégias e estruturas para gerenciamento de riscos previstas na regulamentação em vigor**, especificamente no tocante aos critérios de decisão quanto à terceirização de serviços, contemplem a contratação de serviços relevantes de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem, no País ou no exterior.

⇒ **Os contratos para prestação de serviços relevantes de processamento, armazenamento de dados e computação em nuvem devem prever:**

I - a indicação dos países e da região em cada país onde os serviços poderão ser prestados e os dados poderão ser armazenados, processados e gerenciados;

II - a adoção de medidas de segurança para a transmissão e armazenamento dos dados citados no inciso I;

III - a manutenção, enquanto o contrato estiver vigente, da segregação dos dados e dos controles de acesso para proteção das informações dos clientes;

IV - **a obrigatoriedade, em caso de extinção do contrato, de:**

a) transferência dos dados citados no inciso I ao novo prestador de serviços ou à instituição contratante;

b) exclusão dos dados citados no inciso I pela empresa contratada substituída, após a transferência dos dados prevista na alínea "a" e a confirmação da integridade e da disponibilidade dos dados recebidos;

V - **o acesso da instituição contratante a:**

a) informações fornecidas pela empresa contratada, visando a verificar o cumprimento do disposto nos incisos I a III;



b) informações relativas às certificações e aos relatórios de auditoria especializada, citados no art. 12, inciso II, alíneas "d" e "e"; e

c) informações e recursos de gestão adequados ao monitoramento dos serviços a serem prestados, citados no art. 12, inciso II, alínea "f";

VI - a obrigação de a empresa contratada notificar a instituição contratante sobre a subcontratação de serviços relevantes para a instituição;

VII - a permissão de acesso do Banco Central do Brasil aos contratos e aos acordos firmados para a prestação de serviços, à documentação e às informações referentes aos serviços prestados, aos dados armazenados e às informações sobre seus processamentos, às cópias de segurança dos dados e das informações, bem como aos códigos de acesso aos dados e às informações;

VIII - a adoção de medidas pela instituição contratante, em decorrência de determinação do Banco Central do Brasil; e

IX - a obrigação de a empresa contratada manter a instituição contratante permanentemente informada sobre eventuais limitações que possam afetar a prestação dos serviços ou o cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor.

Vamos ficando por aqui.

Esperamos que tenha gostado do nosso Bizu!

Bons estudos!

“O conselho da sabedoria é: Procure obter sabedoria; use tudo o que você possui para adquirir entendimento”.

Provérbios 4:7

Késia Oliveira



@kesiaramosoliveira

Leonardo Mathias



@profleomathias



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.